

CAPITALISMO E COLONIZAÇÃO NAS MATRIZES TEÓRICO- METODOLÓGICAS DA HISTÓRIA AMBIENTAL NORTE-AMERICANA

CAPITALISM AND COLONIZATION AT THE
THEORETICAL AND METHODOLOGICAL MATRICES OF
AMERICAN ENVIRONMENTAL HISTORY

Fabiula Sevilha de Souza

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/ASSIS

Correspondência:

Programa de Pós-Graduação em História

Av. Dom Antonio, 2100 - Parque Universitário – CEP 19.806-900 - Assis, SP

E-mail: fsevilhas@yahoo.com.br

Resumo

Capitalismo e colonização são dois temas que estão na gênese da História Ambiental, e são recorrentes nos trabalhos de autores norte-americanos que passaram à historiografia como matrizes teórico-metodológicas da área. Este artigo objetiva examinar de que forma tais questões aparecem nos trabalhos de Donald Worster, Alfred Crosby, Warren Dean, William Cronon e John Robert McNeill. Especificamente, interessa-nos analisar os impactos que, segundo esses autores, os processos colonizadores tiveram sobre a natureza, bem como sobre a forma de pensá-la e explorá-la.

Palavras-chave: capitalismo; colonização; história ambiental

Abstract

Capitalism and colonization are two themes presents in the genesis of Environmental History and are recurrent in the works of American authors considered by the historiography as theoretical and methodological matrices in this area. This article aims to analyze how this questions appear in studies of Donald Worster, Alfred Crosby, Warren Dean, William Cronon and John Robert McNeill. Specifically, interest us the colonizing process impacts on the nature, as a well on the way to think and explore her.

Keywords: capitalism; colonization; environmental history

Introdução

A História Ambiental emerge como campo de estudo nos Estados Unidos entre fins da década de 1960 e início da de 1970, anos de profundas agitações políticas, econômicas e culturais, em meio à Guerra Fria. A crença no progresso por meio da ciência foi abalada, bem como o discurso desenvolvimentista. Paulatinamente, a sociedade civil foi apercebendo-se do fato de que a industrialização, a modernização dos meios de produção, e a racionalização dos modos de vida, ao contrário do apregoado pelo ex-presidente dos EUA, Harry Truman, e seus seguidores, não foram capazes de solucionar as mazelas da humanidade. Miséria, atraso, preconceito racial e exclusão social estavam cada vez mais evidentes.

O dito bônus do capitalismo ficava restrito a uma parcela diminuta de empresários enriquecidos, ao passo que o seu ônus era generalizado. O abismo aberto entre os que detinham a riqueza e os despossuídos só fazia aumentar, sobretudo nos países subdesenvolvidos, para utilizar um termo que hoje está em desuso por sua carga ideológica, mas que foi muito divulgado à época. O *American way of life* era posto em Xequé pelos jovens norte-americanos, descontentes e decididos a propor um novo tipo de sociedade. Estas evidências desencadearam uma série de movimentos contestatórios e de contracultura como o *beat*, *hippie* e a *pop art*.

Paralelamente, tem-se o desgaste das antigas potências europeias. Desde fins da Segunda Guerra Mundial, a geopolítica assistiu a uma reconfiguração de influências. De um lado, Alemanha, Itália, França e Inglaterra saíram do confronto em ruínas. Estas duas últimas viram o desgaste de seu poderio refletido em suas colônias. De outro, tem-se a bipolarização do mundo entre EUA e URSS, ambos interessados na independência das colônias da África e Ásia, vistas como ponto estratégico de controle. Em um cenário assim favorecido, eclodiram os movimentos de luta pela autonomia nacional nas então colônias africanas e asiáticas, desnudando a face mais evidente e desumana da exploração capitalista.

“Filha de seu tempo”, para utilizar a expressão de Marc Bloch¹, a História Ambiental traz, portanto, em sua gênese, duas problemáticas que serão constantemente perseguidas pelos historiadores que a popularizaram e hoje são considerados pela historiografia como matrizes teórico-metodológicas da área. São elas o capitalismo e, diretamente ligado a ele, a colonização. A primeira é pensada aqui nos termos do processo de conversão de um produto, no caso natural, em bem de capital². E a segunda é entendida como o ato de apropriação e inserção de um ambiente no sistema de trocas mundiais, por meio de sua mercantilização, o que permite considerarmos não apenas

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

² Em *A Dinâmica do Capitalismo*, Fernand Braudel entende um *bem de capital*, palavra-chave para ele, como aquele elemento que participa do processo produtivo, afirmando que não se pode denominar como tal “um dinheiro sem emprego” ou uma “floresta inexplorada”. Visto deste prisma, podemos inferir que o “ecossistema domesticado” para o fornecimento de gêneros é um ecossistema explorado e, portanto, transformado em capital. Ver: BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.*, Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

a colonização entre os séculos XV e XVII, mas também o avanço territorial e de fronteira. Isto posto, este artigo objetiva examinar a maneira como essas duas questões aparecem nos trabalhos de Donald Worster, Alfred Crosby, Warren Dean, William Cronon e John Robert McNeill. Especificamente, interessa-nos analisar os impactos que, segundo esses autores, os processos colonizadores tiveram sobre a natureza, bem como sobre a forma de pensá-la e explorá-la.

Creemos que percorrer as nuances analíticas de tratamento dos temas *capitalismo* e *colonização* nesses autores pode contribuir para traçar um panorama da historiografia ambiental norte-americana, sinalizando as potencialidades e os caminhos que ajudem a driblar suas dificuldades e fragilidades.

Os mitos da natureza intocada e da convivência harmônica

A eminência do desaparecimento de espécies e recursos da natureza, muitos deles pouco conhecidos, mas de fundamental importância para a sobrevivência humana, acenderam um alerta vermelho, de modo que os discursos ambientalistas e de defesa da sustentabilidade ganharam nas últimas décadas contornos alarmistas. Efeito Estufa, Mudanças Climáticas, Buraco na Camada de Ozônio. Como o planeta suportará população e consumo crescentes? Em uma espécie de catastrofismo ecológico, comunidade científica e sociedade civil colocam diante de si o temor pela completa dizimação da vida humana na Terra e buscam obstinadamente uma saída, uma rota de fuga, um caminho para evitar que isso aconteça.

Nesse sentido, vemos ressurgir aqui e acolá dois grandes mitos que envolvem as explicações sobre as formas de interação entre uma sociedade e o ambiente biofísico em que vive. O primeiro é a noção idílica e romântica de que os povos caçadores e coletores estabeleciam uma convivência harmônica com a natureza antes da incursão do elemento colonizador, posto que retiravam do ambiente apenas aquilo que lhes era necessário à subsistência, respeitando os ciclos de reprodução das espécies. O segundo, mas não menos importante, é o da natureza intocada, da suposta existência de um espaço natural que nunca tivesse sofrido interferência humana. Estes pensamentos possuem tal força ideologizante que embasaram (e, pode-se dizer, ainda embasam) o discurso preservacionista e a criação de muitas áreas de preservação permanente.

Suas raízes remontam à concepção Oitocentista de que a sobrevivência da natureza dependeria do afastamento do homem urbano-industrial. Foi neste contexto que surgiram nos Estados Unidos as primeiras áreas protegidas, que nada mais eram do que tentativas de manter uma pequena fatia de determinado ecossistema imune às mudanças acarretadas pela intervenção humana, isolado em seu estado primitivo. Um Éden anterior à expulsão do paraíso, nas palavras de Antonio Carlos Diegues³.

³ DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.157

No contexto da colonização, a crença de uma natureza selvagem tem conotação distinta. Durante muito tempo as regiões áridas do oeste norte-americano foram vistas como linha limítrofe do mundo civilizado. Ultrapassá-la significava barbarizar-se. Com a pressão do processo expansionista, afirma Henry Nash Smith, o mito do deserto foi se transformando no mito do jardim, segundo o qual a domesticação civilizaria aquele ambiente, transformando-o em paraíso agrícola⁴.

A ideia de *wilderness* é, então, congregada na de *Virgin Land*, duplamente problemática. Pensar o ambiente com o qual os colonos europeus se depararam como um deserto nunca tocado por mãos humanas ancorava-se na mentalidade de “desbravador”, incitava o avanço sobre novas terras e dava margem para concepções de uma natureza rudimentar que deveria ser travestida com as roupagens da civilização, isto é, trabalhada racionalmente.

Frederick Jackson Turner⁵, que marcou espaço no campo historiográfico como um dos pioneiros na defesa de uma escala evolutiva entre a barbárie e a civilização, entendia que a intensificação contínua e progressiva dos estágios de incremento agrícola no mundo rural resultou na aceleração da urbanização do Oeste americano. Segundo o autor, em uma sucessão de avanços das fronteiras, sempre em busca da colonização de novas terras férteis, o povo norte-americano moldou seus traços culturais mais fortes, quais sejam, o da democracia, do nacionalismo e, sobretudo, do expansionismo.

Sua tese sobre a Fronteira exerceu forte influência não apenas sobre os estudiosos da história dos Estados Unidos, mas também da História Ambiental norte-americana. Para Donald Worster⁶, considerado um dos pais fundadores da disciplina, essa energia expansionista de que nos fala Turner foi a responsável pela destruição do frágil equilíbrio ecológico do sul do país. Em seu estudo sobre o fenômeno das “tempestades de poeira” que assolaram a região na década de 1930, o autor lê as planícies como um modelo de insensibilidade ecológica e o capitalismo como um fator decisivo no uso predatório dos recursos naturais. Os fazendeiros, imbuídos da avidez pelo lucro, apropriaram-se predatoriamente da terra, transformando em deserto a selva virgem que os nativos conseguiram conservar ao respeitar os processos regenerativos do ambiente. Emerge, pois, a ideia de que a exploração capitalista da terra promoveu a cisão da interação harmoniosa entre sociedades tradicionais e natureza.

Estudos mais recentes mostram que essa visão deve ser relativizada. Geoff Cunfer⁷, por exemplo, questiona o fato de que a interpretação de Worster baseia-se apenas numa localidade individualizada. Cunfer defende que a variação de escala pode

⁴ SMITH, Henry Nash. *Virgin Land: the American west as symbol and myth*. Cambridge: Mass, 1950

⁵ TURNER, Frederick Jackson. *Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América*. Trad. P. Kanauss e I. Mendonça. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

⁶ WORSTER, Donald. **Dust Bowl: the southern plains in the 1930s**. New York: Oxford University Press, 2004.

⁷ CUNFER, Geoff. Scaling the Dust Bowl. In: **Placing History: How Maps, Spatial Data, and GIS Are Changing Historical Scholarship**. Redlands: ESRI Press, 2008

alterar profundamente o nosso entendimento do passado e, lançando mão do GIS (Geographical Information System), observa a existência de tempestades de poeira já durante a segunda metade do século XIX, o que contraria a ideia anterior de que o fenômeno foi desencadeado pela aragem massiva do solo a partir de 1920. Teria Worster generalizado sua análise ao priorizar as grandes planícies do sul dos EUA? Estaria aí a vulnerabilidade de seu trabalho? Não devemos nos apressar.

O problema da escala conquistou espaço de debate na historiografia a partir da primeira geração dos Annales e seu projeto de totalidade histórica. De acordo com Bernard Lepetit, a resultante foi um déficit analítico com relação às Ciências Sociais, pois sem uma reflexão crítica mais acurada a disciplina histórica passou a dedicar-se à macro-história. O contrário deu-se quando do estreitamento dos laços com a Antropologia, que trouxe para o universo historiográfico a micro-história. O equilíbrio entre as perspectivas, porém, teve trajetória mais sinuosa e coloca em discussão a própria definição de escala. Trata-se de uma redução do real, da escolha de um ponto de vista. Tanto a micro quanto a macro escala correspondem a uma generalização e ambas são válidas. Portanto, explica o autor, não há hierarquia ou comparatividade entre elas⁸.

A nosso ver, o trabalho de Donald Worster é passível de crítica por ignorar os impactos da relação homem-natureza no período anterior ao capitalismo. William Cronon, que muitas vezes tem Turner e Worster como referência, defende a relativização do exame dos usos pré e pós-colonial da natureza e mostra-se contrário ao equationamento entre “pior” e “melhor”. Para ele, as transformações ecossistêmicas mais importantes desencadeadas pela vinda do colonizador, no caso à Nova Inglaterra, Foram os animais domésticos, especialmente os suínos, e o arado, que destruiu a vegetação nativa e permitiu a propagação das ervas daninhas e de organismos ligados a elas. Contudo, tanto europeus quanto indígenas manipularam o ambiente de acordo com os valores e técnicas de que dispunham:

All human groups consciously change their environments to some extent – one might even argue that this, in combination with language, is the crucial trait distinguishing people from other animals – and the best measure of a culture’s ecological stability may well be how successfully its environmental changes maintain its ability to reproduce itself (...) An ecological history begins by assuming a dynamic and changing relationship between environmental and culture, one as apt to produce⁹.

Cronon desloca o prisma do econômico para o cultural, o que lhe permite ampliar o alcance da análise para períodos anteriores ao elemento colonizador europeu.

⁸ LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na história”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 77-102

⁹ CRONON, William. *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1988, p.13.

Decerto que houve uma intensificação da exploração do ambiente natural com a integração da natureza ao sistema mercantil capitalista, principalmente a partir do século XIX com o acirramento da industrialização europeia, mas o autor é categórico ao afirmar que estamos diante de duas formas humanas distintas de vida e de pertença a um ecossistema.

Concorde com esta ideia, Warren Dean inicia a sua escrita da história da devastação da Mata Atlântica não com a chegada dos colonizadores, mas em 400 milhões de anos atrás, quando da origem da mesma. Ao trabalhar com a longa duração e considerar os aspectos geológicos, ecossistêmicos, culturais, sociais, políticos e econômicos que influenciaram a intervenção humana na Mata Atlântica, chega a duas conclusões fundamentais.

Se por um lado o capítulo da devastação da Mata foi acelerado com a incursão dos europeus, guiados por uma atitude “extraordinariamente perdulária”, por outro, o pontapé inicial de modificação do bioma foi dado pela “primeira leva de invasores”, os caçadores-coletores e agricultores itinerantes. Estes moldaram a exploração da floresta a partir das possibilidades do ambiente e dos seus traços culturais, práticas que foram posteriormente herdadas pela “segunda leva de invasores”. Os indígenas trabalhavam a terra por meio da queimada de áreas inteiras destinadas ao plantio de milho, mandioca e outros gêneros, e isto tinha seu impacto:

A agricultura de derrubada e queimada era extraordinariamente redutiva. Quase tudo que estivesse vivo no interior das faixas queimadas era reduzida a cinzas e apenas as cinzas eram aproveitadas. Talvez os primeiros agricultores lamentassem esse desperdício inicial (...) A agricultura itinerante, embora mais intensiva que a caça e a coleta, provocava mais desperdício dos recursos florestais. É provável que os intervalos de repouso que se permitia o matagal não fosse longo o bastante para restaurar plenamente a floresta original. É possível que, em condições de suficiente pressão da população humana local, nem se lhe permitisse chegar à plena altura potencial.

A agricultura pode, portanto, ter reduzido a complexidade e a biomassa em áreas consideráveis de Mata Atlântica durante os mais de mil anos em que foi praticada antes da chegada dos europeus¹⁰.

Ao contrário do suposto pelo mito do convívio harmônico, explica Dean, tal “técnica” foi a responsável por transformar muitas áreas de floresta primária em secundária, as chamadas capoeiras. Sendo uma prática marcada pela itinerância, seu avanço era sucessivo, causando modificações irreversíveis no bioma. O mesmo foi observado por Cronon nas florestas de clima temperado da América do Norte, onde, segundo ele,

¹⁰ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 46.

Selective Indian burning thus promoted the mosaic quality of New England ecosystems, creating forests in many different states of ecological succession. In particular, regular fires promoted what ecologists call the “edge effect”. By encouraging the growth of extensive regions which resembled the boundary areas between forests and grasslands, Indians created the ideal habitats for a host of wildlife species (...) Indian burning promoted the increase of exactly those species whose abundance so impressed English colonists: elk, deer, beaver, hare, porcupine, turkey, quail, ruffed, grouse, and so on. When these populations increased, so did the carnivorous eagles, hawks, lynxes, foxes and wolves. In short, Indians who hunted game animals were not just taking the “unplanted bounties of nature”, in an important sense, they were harvesting a foodstuff which they had consciously been instrumental in creating¹¹.

A partir destes autores, a História Ambiental acrescentou às suas dimensões analíticas a percepção de que todo ambiente sofreu interferências humanas e que o estudo comparativo entre as relações que as sociedades tradicionais e as sociedades capitalistas estabeleceram com a natureza pode induzir a sérios anacronismos quando não contextualizadas.

A exploração intensiva e a modificação do ambiente natural são intrínsecas ao sistema capitalista e à uma de suas materializações mais evidentes, a colonização, mas não lhes são exclusivas. Os registros de tributos astecas, como o *Codex Mendoza*, por exemplo, indicam a coleta de produtos como cacau, algodão e madeira em quantidades consideráveis. Em artigos têxteis, chegavam a recolher mais de 2 milhões de peças de algodão e quase 180 mil em peças de fibra de agave, extraída de plantas tropicais, convertidos em moeda de troca¹².

Cronon salienta que as transformações do ambiente natural surgem de uma relação dialética entre as instituições humanas e as disponibilidades ecológicas. A remodelação do ambiente envolve três fatores – biológico, ambiental e econômico –, que se combinam em um conjunto de novas possibilidades para a reprodução cultural, originando um novo ciclo de mútua determinação¹³.

A relação sociedade-natureza entendida como uma via de mão dupla ergue uma barreira contra extremismos. A mitificação do intocável e do harmônico desfaz-se e o ambiente aparece como um sistema que comporta as mais diversas espécies em interdependência. A atuação de uma sociedade sobre o ecossistema deve ser compreendida como a somatória entre a resposta a uma pressão ecológica e o funcionamento do todo social, incluindo as técnicas e as forças produtivas¹⁴.

¹¹ CRONON, William. *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1988, p. 51.

¹² SOUSTELLE, Jacques. *A Civilização Asteca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p.27

¹³ CRONON, William. op. cit., p. 13

¹⁴ BRUN, Bernard et al. Ambiente. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi* (Vol. 8 - Região). Porto, Imprensa. Nacional – Casa da Moeda, 1986, 11-36.

Por uma visão dialética da Colonização

Compreender que a relação entre determinado ambiente natural e uma comunidade não se circunscreve à subordinação foi, certamente, um grande avanço para a História Ambiental, criando as condições necessárias para que ela se livrasse das amarras de um determinismo estéril. A noção de interação ganha força. Se “relação” traz a ideia de vínculo, ligação, “interagir” pressupõe influência e ação recíproca. Na Física, por exemplo, indica a “força exercida reciprocamente por duas partículas, quando estão próximas o bastante”¹⁵. É fácil notar que a inserção do verbo no vocabulário dos ecologistas e historiadores ambientais não foi ocasional, e reflete mudanças importantes na forma de compreensão da problemática.

A reconfiguração de um espaço mediante a conjunção dos três fatores pontuados por William Cronon e citados acima é o mote de duas análises que contribuíram para enxergar a colonização de um ponto de vista que não se limita ao viés econômico ou político da corrida expansionista europeia. A pioneira é a de Alfred Crosby. Tendo como objeto de pesquisa as Neo-Europas – regiões com população predominantemente caucasiana, colonizadas por europeus e situadas nas zonas temperadas dos hemisférios norte e sul –, singulares pelo grande número de excedentes de alimentos que exportam em escala global, o autor parte da tese de que o imperialismo europeu teve um componente biológico, ecológico.

Consciente, em busca de um meio semelhante ao seu, ou inconscientemente, por meio das embarcações, roupas e calçados, os colonizadores trouxeram consigo três fatores essenciais e determinantes para o seu domínio sobre território e povos da América e da Australásia: as ervas, os animais e as doenças, que não apenas “europeizaram” o território, como lograram impor-se sobre ecossistema e população nativas, em regra geral dizimando-as. Em diálogo com a Biogeografia – estudo sobre a distribuição das formas de vida –, Crosby defende que é no sucesso da aclimatização dessa “biota portátil” que reside a chave para entender a ascensão das zonas neo-europeias. Os colonizadores foram bem sucedidos na medida em que lograram se estabelecer em locais cuja fauna, flora e populações humanas eram suscetíveis à biologia dos “invasores”.

Isto implica considerar a questão biológica num nível mais profundo. Os germes trazidos pelos europeus encontraram no organismo dos nativos a suscetibilidade ideal para se propagarem. Não foram poucos os casos de epidemias de malária, varíola, sarampo e de outras doenças às quais o sistema imunológico dos indígenas não estava adaptado:

Os indígenas das Américas e da Austrália permaneceram quase absolutamente isolados dos germes do Velho Mundo até as últimas

¹⁵ AULETE, Caudas. *iDicionário Aulete*. Disponível em: http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=intera%E7%E3o. Acesso em 13 de junho de 2012.

centenas de anos. Não apenas pouquíssimas pessoas de qualquer origem cruzavam os grandes oceanos, como também aquelas que o faziam deviam ser muito saudáveis ou teriam morrido no meio do caminho, levando consigo seus patógenos. Os ameríndios certamente conheciam o purupuru, a boubá, a sífilis venérea, a hepatite, a encefalite, o pólio, algumas variedades de tuberculose (não aquelas geralmente associadas a doenças pulmonares) e parasitos intestinais; mas parecem jamais ter tido alguma experiência com enfermidades do Velho Mundo como varíola, sarampo, difteria, tracoma, coqueluche, catapora, peste bubônica, malária, febre tifoide, cólera, febre amarela, dengue, escarlatina, disenteria amébrica, gripe e uma série de manifestações helmínticas¹⁶.

A disputa, afirma o autor, foi desigual desde o início e não apenas pelo armamento bélico. Os germes do Velho Mundo constituíram-se logo em vantagem, garantindo ao colonizador subjugar os autóctones, dizimá-los, e “limpar” o terreno para explorá-lo:

A Europa foi magnânima na quantidade e qualidade dos tormentos que enviou para além das suturas da Pangeia. Em contraste, as suas colônias, epidemiologicamente mal dotadas para começar, hesitaram em exportar até mesmo os poucos patógenos que possuíam. O desequilíbrio do intercâmbio (...) atuou em avassalador benefício dos invasores europeus e para a esmagadora desvantagem dos povos cujos lares ancestrais estavam situados do lado derrotado das suturas da Pangeia¹⁷.

A análise de Crosby, embora inovadora, talvez peque pela unidirecionalidade da perspectiva que ele próprio critica em outros historiadores. Os indígenas muitas vezes aparecem como meros coadjuvantes, vítimas incontestes do domínio europeu, absolutamente passivos pela desproporção de força bélica e patogênica. Para William Cronon, atribuir o extermínio de milhares de indígenas apenas aos mecanismos eminentemente biológicos ou ambientais é ignorar que foi o sistema capitalista que possibilitou a exposição dos nativos americanos à horda de doenças trazidas pelo colono europeu e para as quais seu sistema imunológico não estava preparado.

Além das características ecossistêmicas, o autor acredita que estamos diante de uma opção dos próprios nativos americanos em extrair peles e outros "Recursos" de suas terras, escolha que culminou na morte de seus modos de vida tradicionais:

By making the arrival of the Europeans the center of our analysis, we run the risk of attributing all change to their agency, and none to the

¹⁶ CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 207.

¹⁷ *Ibidem*, p. 225.

Indians. The implication is not only that the earlier world of “Indian” New England was somehow static but also that the Indians themselves were as passive and “natural” as the landscape. In fact the Indians were anything but passive in their response to European encroachments (...) That they generally did not do so must be attributed in part to their own choice and in part to the English refusal – whether enforced by violence or by law – to let them do so¹⁸.

O sucesso da colonização dever-se-ia, em sua visão, à junção do sistema capitalista com as possibilidades ecossistêmicas e a postura contributiva do indígena. Esta tríade de fatores pode ser vista na análise de Warren Dean como ponto nevrálgico do contato entre a primeira e segunda leva de invasores da Mata Atlântica com o bioma. Degradação e perturbação (ou inserção de espécies exóticas) caminharam *pari passu*. Os colonizadores migraram para o Novo Continente desejosos de manter contato com o antigo. O fluxo de espécies em ambas as direções foi uma constante, atendendo aos interesses tanto nativos quanto portugueses:

Dessa forma, a segunda invasão implicaria mais cedo ou mais tarde, a substituição de um escambo aleatório entre uma população nativa desejosa de armas de ferro e disposta a saquear suas florestas em busca de estoques comercializáveis, e um bando embrutecido e ignorante de comerciantes clandestinos satisfeitos com o fluxo imprevisível de objetos exóticos colecionáveis¹⁹.

Do viés ecológico de Crosby ao dialético de Cronon e Dean, os três trabalhos trouxeram para o horizonte da História o papel dos agentes da natureza no processo de expansão dos europeus por continentes que lhes eram estranhos. Os dois últimos avançam sobre a análise do primeiro ao defenderem que os elementos biofísicos e sociais devem ser analisados dialeticamente em seu espaço. Como José Augusto Pádua bem chamou a atenção, os “sistemas naturais se auto-organizam por meio da constante interação entre todos os seus elementos, bióticos e abióticos”²⁰.

Estabelecendo pontos de inflexão com as dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas, esses autores trouxeram à baila elementos próprios do papel e do lugar da natureza na vida humana e dos impactos da vida humana na natureza, que estariam encobertos em uma análise economicista ou essencialmente política.

¹⁸ CRONON, William. **Changes in the land**: indians, colonists, and the ecology of New England. New York: Hill and Wang, 1988, p.164

¹⁹ DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 71

²⁰ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. In: **Estudos Avançados**, vol. 24, n. 68, 2010, p. 90

A natureza como moeda de troca

A transformação da natureza em moeda de troca, todavia, parece ser a vedete de grande parte dos trabalhos que compõem o quadro referencial de matrizes teórico-metodológicas da História Ambiental. Mais do que isso, há a preocupação constante de analisá-la como parte central da engrenagem de acumulação primitiva de capital. Para compreendermos este enfoque é preciso ter em mente um vínculo conceitual herdado das teorias de Marx e Engels. No “Manifesto Comunista”, o problema do colonialismo aparece como fundamentalmente ligado ao desenvolvimento capitalista, na medida em que aquele favorecia a expansão do mercado mundial²¹.

No caso dos exames das relações entre processo colonizador e mercantilização da natureza este prisma ganha um peso ainda maior, sobretudo se considerarmos o “sentido da colonização”²² como sendo o de produção de gêneros tropicais para o mercado europeu. O ambiente natural das colônias era explorado com objetivos mercantis, participando do processo produtivo, convertendo-se em *bem de capital*²³, e recebendo significado diferente daquele de subsistência que lhe fora atribuído pelos seus habitantes nativos.

Esse ecossistema reorganizado para fins agrícolas, com o objetivo de “servir exclusivamente a um conjunto de propósitos conscientes, muitas vezes localizados fora dele – a saber, a alimentação e a prosperidade de um grupo de humanos” é denominado por Donald Worster como “sistema agroecológico”²⁴, e seu funcionamento é regido por um “espírito”. Em *Nature's Economy*, o autor examina as origens do conceito de “ecologia” e da concepção moderna de natureza, e identifica o que seria o *ethos* do pensamento ecológico capitalista, segundo o qual 1) a natureza é vista como capital; 2) o homem tem direito e mesmo obrigação de utilizar esse capital para o seu constante progresso; 3) a ordem social estimula e legitima esse aumento contínuo da riqueza pessoal. Essa tripla essência foi melhor trabalhada em dois de seus livros posteriores, além de embasar a sua própria concepção de História Ambiental.

Em verdade, Worster percebe a materialização desse *ethos* no fenômeno do *Dust Bowl*. Para o autor, mais do que uma coincidência temporal, há entre as tempestades de poeira e a depressão econômica dos Estados Unidos da década de 1930 uma clara e intrínseca relação. Ambas são fruto de uma mesma postura, foram produzidas por uma mesma sociedade e fragilidade:

²¹ MARX, Karl and ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. *Estudos Avançados*. [online]. 1998, vol.12, n.34, pp. 7-46. ISSN 0103-4014

²² PRADO Jr., Caio. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

²³ BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

²⁴ WORSTER, D. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*. Campinas: 6 (1): 23-44, 2003, p.23.

The Dust Bowl came into being during the 1930s, as fulvous dirt began to blow all the way from the plains to the East coast and beyond. That was also the age of Great Depression. Coincidence, some might say, that the two traumas should come at the same time. Few who have written on either affair have noticed any connection between them. My argument, however, is that there was in fact a close link between the Dust Bowl and the Depression – that the same society produced them both, and for similar reasons. Both events revealed fundamental weakness in the traditional culture of America, the one in ecological terms, the other in economic.²⁵

Sua referência está na tese de Fronteira de Turner. Worster acredita que a energia expansionista dessa sociedade somada à complexa cultura econômica capitalista incitava o contínuo avanço sobre novas áreas, bem como a percepção e o aproveitamento da terra de maneira utilitária. Dito de outra maneira, progressivamente o pioneiro branco deixava de ver sua fazenda como um meio de sobrevivência e passava a concebê-la como um negócio, uma forma de conseguir lucro e enriquecer. O uso predatório retirou a umidade da terra, deixando-a suscetível aos ventos. A “selva virgem” foi transformada em terreno baldio e o frágil equilíbrio ecológico das Planícies do Sul foi destruído.

A ação de forças capitalistas como fator de acirramento das vulnerabilidades de um ecossistema também foi observada no Mediterrâneo. Segundo John R. McNeill, as montanhas mediterrânicas conseguiram ao longo do tempo alcançar uma delicada estabilidade na combinação de florestas, campos e pastos, utilizados para as atividades agropecuárias. A partir dos séculos XVIII e XIX, as forças de mercado, interna e externamente, intensificaram as exigências de uso da terra e o adensamento populacional:

Hight intensity rather than stability produced degradation, and intensity varied closely with population and market opportunities. In the past two hundred years instability in agriculture has probably increased, and intensity on other activities certainly has. Thus it was that the nineteenth and twentieth centuries witnessed the most rapid landscape deterioration in the history of the Mediterranean Mountains²⁶.

McNeill é enfático ao afirmar que o que alterou irreversivelmente o ecossistema da região foi a superpopulação, assertiva que nos leva a outro ponto fundamental da

²⁵ WORSTER, Donald. *Dust Bowl: the southern plains in the 1930s*. New York: Oxford University Press, 2004, p.4.

²⁶ MCNEILL, John Robert *The Mountains of the Mediterranean World: an environmental history*. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1992, p.284

transformação do ecossistema de Montanha do Mediterrâneo: a integração do mercado. A desestabilização da paisagem pelo cultivo da terra devido à agricultura, pastoreio e extração de lenha e madeira, com o objetivo de atender as necessidades do mercado e do aumento demográfico, foi intensa e além do historicamente suportado por aquele ambiente natural, acarretando não apenas à morte de um ecossistema, mas de uma forma de vida, a das montanhas.

A alteração mais significativa tanto nas Planícies do Sul de Worster quanto nas Montanhas Mediterrânicas de McNeill parece ter sido na forma de interação com a natureza. Estamos diante de um ponto-chave da problemática capitalismo-colonização na História Ambiental. William Cronon compartilha da noção de que, na dinâmica de ocupação capitalista de novas áreas, foi a mudança no uso da terra que provocou sérias transformações no ambiente ecológico. Dois tipos de percepção de propriedade existiam entre os nativos:

One is individual *ownership*, the way the inhabitants of a particular village conceived of property vis-à-vis each other; and the other is collective *sovereignty*, how everyone in a village conceived of their territory (and political community) vis-à-vis other villages. An individual's or a family's rights to property were defined by the community which recognized those rights, whereas the community's territorial claims were made in opposition to those of other sovereign groups²⁷.

O colonizador trouxe um terceiro tipo, impondo-o sobre os demais. Para Cronon, o sistema de propriedade inglês incentivava os colonos da Nova Inglaterra a perceberem a terra e os produtos nela cultivados não mais como alimento, mas como commodities, o que teve sérias consequências na relação com o ambiente:

Indeed, legal descriptions, however abstracted, had little effect on everyday life *until* land was sold. People did not cease to be intimately a part of the land's ecology simply by reason of the language with which their deeds were written. But when came time to transfer property rights, those deeds allowed the alienation of land as a commodity, an action with important ecological consequences. To the abstraction of legal boundaries was added the abstraction of price, a measurement of property's value assessed on a unitary scale²⁸.

Não obstante, afirma Cronon, a disponibilidade ilimitada de terras a explorar era um convite ao seu uso utilitário e predatório com o objetivo do maior lucro em menor tempo, processo que também é descrito por Warren Dean. De acordo este au-

²⁷ CRONON, William. *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1988, p.58

²⁸ Idem, p.75

tor, a devastação da Mata Atlântica ocorreu num fluxo contínuo e acelerado de “ciclos econômicos”. Inicialmente com o cultivo de plantas nativas, como o Pau-Brasil, e posteriormente com plantas exóticas, como a cana-de-açúcar, que rapidamente foi transformada em carro-chefe da economia colonial e cuja produção em larga escala exigia a progressiva derrubada da floresta. E assim, explica, na exploração constante para as atividades de monocultura e pecuária, o pouco que restou da Mata Atlântica chegou ao século XX irremediavelmente modificado e ameaçado:

A primeira metade do século XX testemunha o cerco final da Mata Atlântica. A expropriação privada de todo o território estava concluída (...) A civilização urbana e industrial havia triunfado – seus tentáculos se espalhavam por toda a parte, sua ânsia por combustível, madeira e outros recursos florestais se estendia por toda a Mata Atlântica. A floresta, ainda que reduzida a faixas cada vez menores, aumentava de valor à medida que essas demandas se tornavam mais insistentes²⁹.

Com efeito, num ecossistema colonizado com pretensões produtivas, não só a terra, mas outros elementos da natureza são apropriados e transformados em moeda de troca e, o que é fundamental para o entendimento da história recente, serviram de matéria-prima para a urbanização e o florescimento de grandes centros metropolitanos. É o que defende Worster, para quem o desenvolvimento econômico e social do Oeste americano, de clima desértico, está diretamente ligado ao controle eficiente da água. Sob o emblema de “modernização da agricultura”, o governo federal dos Estados Unidos subsidiou a construção de uma série de obras hidráulicas. Os sistemas de irrigação construídos a partir de então foram fundamentais para que a agricultura em larga escala a despeito do clima inóspito, o que garantiu à região a alcunha de celeiro dos Estados Unidos³⁰.

Se o controle de apenas um recurso natural, a água, propiciou o desenvolvimento do Oeste americano, a natureza em seu sentido mais amplo, na visão de Cronon, teria sido a responsável pelo do Grande Leste, em especial pela fabricação de Chicago. No entanto, a referência não é apenas ao ambiente natural. O autor entende a natureza que “fez” a cidade de duas formas. Uma natural, independente do homem; e outra artificial. De um lado, as florestas de Chicago contavam com o pinheiro branco (white pine), que além de resistente era de fácil manipulação. Este foi rapidamente convertido em capital pelas indústrias de madeira e de papel. De outro, Chicago tornou-se “cidade-ponte” entre produtores agrícolas e seus mercados tanto por sua posição geográfica em meio à bacia do rio Mississipi e os Grandes Lagos, quanto pela in-

²⁹ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.278

³⁰ WORSTER, Donald. *Rivers of empire: water, aridity, and the growth of the American West*. New York: Oxford University Press, 1985.

fraestrutura dos canais e vias férreas que permitiam o escoamento de grãos, carnes e madeiras de Leste a Oeste dos Estados Unidos³¹.

Cronon inverte a chave da *frontier thesis* de Turner. A direção é não mais para o interior, mas para a cidade, e esta se torna a própria fronteira, motivo pelo qual acredita que a história em *strictu sensu* de Chicago passa pela história de seu ecossistema, isto é, não se pode explicar a sociedade deste grande centro urbano sem a compreensão dos usos dos recursos naturais, em constante ampliação. De fato, sendo o *bem de capital* o que confere sentido às formas capitalistas de produção e troca, e estando o capitalismo sujeito à necessidade de hierarquização da sociedade³², a mercantilização da natureza traz consigo a produção de relações sociais que lhe são próprias e, portanto, históricas.

Elucidativo a este respeito foi a disputa pelo domínio dos recursos hídricos no Oeste americano. Numa região que assistia a uma corrida pela agricultura em larga escala, o controle da água, segundo Worster, logo se transformou em controle da riqueza, e as redes de gestão hidráulica logo desencadearam o choque entre classes, a exploração de uma pela outra:

Among those not served by the new river regime, and no included in its roster of power, were the various Indian peoples living within the Colorado basin. Though some of them had been depending on the water for far longer than the Imperial farmers and had worked to save them from the river's floods, they were left out of the new hydraulic society. no one asked them to participate in the Colorado compact negotiations, and the Bureau of Indian Affairs, supposedly their guardian angel, failed to look out for their interests there. What's more, much of their reservation land, in that watershed as elsewhere in the West, was taken from them and sold to whites, who developed irrigation farms on it³³.

Os pequenos fazendeiros e agricultores, incapazes de arcar com a construção de sistemas de irrigação e com a concorrência dos capitalistas financiados pelo governo, acabavam sendo pressionados a vender suas terras, endividados e rebaixados às classes mais subalternas. Os trabalhadores contratados para as obras recebiam remunerações baixíssimas, engrossando a camada dos despossuídos. Neste ínterim, a máquina estatal beneficiava fazendeiros e sociedades de capital privado, originando uma nova aristocracia e hierarquização social. Esta sequência de acontecimentos evidentemente é um resumo bastante apressado do processo descrito por Worster, porém ilustra perfeitamente as etapas de percepção, configuração e embate das classes entre si.

³¹ CRONON, William. *Nature's metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W.W. Norton & Company, 1992.

³² BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

³³ WORSTER, Donald. *Rivers of empire: water, aridity, and the growth of the American West*. New York: Oxford University Press, 1985, p. 211.

Examinando contextos aparentemente distintos – seja em termos ecossistêmicos e culturais ou político e econômicos –, mas que se entrecruzam, Donald Worster, Alfred Crosby, Warren Dean, William Cronon e John McNeill evidenciam a apropriação e exploração dos recursos naturais como a base do capitalismo no século XIX e encontram nela a chave explicativa para problemas caros às sociedades dos séculos XX e XXI, como a degradação ambiental, a exclusão social e a diferenciação econômica regional. Relações de poder na interação com o mundo natural, transformação da natureza em mercadoria, hierarquização social. Eis os múltiplos lados de uma mesma moeda: o caráter excludente e dilapidador do capitalismo.

Considerações Finais

A ligação da História Ambiental com o estudo dos impactos do sistema capitalista sobre as sociedades – colonizadas e colonizadoras – é, deveras, estreita, a ponto de alguns autores enxergarem-na como uma tarefa desta área do conhecimento. No panorama apresentado acima, à exceção de Alfred Crosby, o mundo natural é visto pelos olhos do mercado e é possível observar um esforço de redirecionamento de Marx para a História Ambiental, sobretudo em Donald Worster e William Cronon. Suas interpretações aparecem-nos como peças de um tabuleiro, o da teoria marxista.

Não a toa, o vínculo estabelecido entre colonialismo e desenvolvimento capitalista, que, como vimos, foi resgatado dos escritos de Marx e Engels, não apenas emerge como força explicativa como passa a ser interpretado sob nova perspectiva, acrescentando-lhe um componente ecológico: o colonialismo europeu transformou a natureza do Novo Mundo em bem de capital, possibilitando a expansão do mercado mundial e o alcance do ápice do capitalismo. Como resultado, a intensificação das diferenças sociais – ou da luta de classes – e a exposição da face violenta da acumulação primitiva de capital – que na teoria originária culminaria na revolução anticapitalista, mas que em termos reais redundou em degradação humana e ambiental.

Assim, por vezes, o determinismo econômico disputa espaço com a exaltação do caráter destrutivo do capital, o que acarreta em análises valorativas. É como se a exploração intensiva e a devastação ecossistêmica fossem exclusivas do sistema capitalista e tivessem seu ponta-pé no processo colonizador europeu. Como se a História Ambiental tivesse a sua existência e função social atrelada à explicação (e condenação) dos “males” da empreitada capitalista. Retoma-se, então, o ideal do pensamento rousseuiano, segundo o qual o estado de felicidade do homem está ao lado da natureza e sua infelicidade ao lado da civilização. Esta entendida como a sociedade capitalista e seu caráter nefasto. O que não deixa de ser também embasado na ideia marxista de que a história pode ser entendida como a perda da unidade entre sociedade e natureza, provocada pelo sistema capitalista.

Tendo em vista que estamos diante de autores que são considerados matrizes teórico-metodológicas da História Ambiental, seus trabalhos servem de parâmetro, e

não há pecado algum nisso. Ao contrário, são referências importantes e necessárias para que as novas gerações de historiadores ambientais possam definir seu metiê. Entretanto, as obras de Worster, Crosby, Dean, Cronon e McNeill devem ser lidas em seu momento historiográfico. O perigo está no encaixe forçado de modelos. Na busca por balizas, o olhar desatento pode acarretar na escolha à *priori* de uma teoria, em detrimento das necessidades e possibilidades de suas fontes. O risco é ainda mais eminente quando pensamos em análises cujos objetos estejam temporal e espacialmente alocados em períodos de transição ou recém-ingressados no sistema capitalista. A perseguição obstinada de uma história da devastação pode ser tão danosa quanto o seu completo esquecimento.

Não há dúvidas de que capitalismo e colonização são capítulos fundamentais da História Ambiental numa escala que transcende o regional e o nacional, e estende-se ao global. Compreender as formas de ver, sentir e pensar o mundo natural das sociedades modernas passa por esse entendimento, mas não deve estar restrito a ele sob pena de ir na contramão do próprio anseio que trouxe a temática da natureza para o campo historiográfico, ou seja, o da escrita de uma história mais ampla e inclusiva. A análise das diversas maneiras de interação com a natureza, inclusive de sociedades pré-capitalistas e sociedades tradicionais, não pode ser posta de lado. Elas ajudam a compreender em perspectiva histórica a formação de uma postura com relação a natureza que está nas raízes do que se assistiu depois, com a mercantilização desta.

Ater-se à “visão catastrófica do homem devastador”³⁴ significa ignorar a existência de outros tipos de relações e da historicidade destas em proveito de perspectivas deterministas. É desconsiderar que a interação entre homem e mundo natural não está unicamente restrita à dinâmica do universo capitalista e que mesmo este possui estágios distintos.

Artigo recebido em 18 de junho de 2012.

Aprovado em 01 de agosto de 2012.

³⁴ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. [online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 81-101.